

# ODS 15 - VIDA TERRESTRE

## AGRONEGÓCIO E COMUNIDADES INDÍGENAS: CONFLITOS DO CONSERVADORISMO NO GOVERNO BOLSONARO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 2030

Érika Laurinda Amusquivar  
Maria Clara da Silva Cavalcante



## A PESQUISA

Investigar as causas e efeitos dos conflitos entre agronegócio e comunidades indígenas, os impactos socioambientais e as violações de direitos humanos resultantes, além de examinar os desafios enfrentados na implementação de políticas públicas e o cumprimento da Agenda 2030.



## ÍNDICE

- 04** Apresentação aos ODS
- 05** Objetivos e metas
- 06** Metodologia
- 07** Grupo de Pesquisa
- 08** Resultados
- 09** Dados
- 10** Referências



# Apresentação aos ODS

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Estes são os objetivos para os quais as Nações Unidas estão contribuindo a fim de que possamos atingir a Agenda 2030 no Brasil. 1. Erradicação da pobreza; 2. Fome zero e agricultura sustentável; 3. Saúde e Bem-Estar; 4. Educação de qualidade; 5. Igualdade de gênero; 6. Água potável e saneamento; 7. Energia limpa e acessível; 8. Trabalho decente e crescimento econômico; 9. Indústria, inovação e infraestrutura; 10. Redução das desigualdades; 11. Cidades e comunidades sustentáveis; 12. Consumo e produção responsáveis; 13. Ação contra a mudança global do clima; 14. Vida na água; 15. Vida terrestre; 16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes; 17. Parcerias e meios de implementação.

# Objetivos

- Analisar como as políticas do governo Bolsonaro, especialmente sua agenda conservadora e neoliberal, impactaram o crescimento do agronegócio e, ao mesmo tempo, geraram conflitos com as comunidades indígenas.
- Investigar as causas e efeitos desses conflitos, os impactos socioambientais e as violações de direitos humanos resultantes, além de examinar os desafios enfrentados na implementação de políticas públicas e o cumprimento da Agenda 2030, particularmente no que se refere à ODS de 'vida terrestre'.
- Entender os impactos ambientais, sociais e culturais da expansão do agronegócio, como desmatamento, deslocamento de comunidades e perda de conhecimentos ancestrais.
- Analisar como a Bancada Ruralista e outras políticas públicas influenciaram essa dinâmica, além de abordar a dificuldade de conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e os direitos das comunidades afetadas.

# Metas

Avaliar a o crescimento do agronegócio a partir do percentual de crescimento de itens de exportação, da taxa de desmatamento e dos conflitos entre o agronegócio e as comunidades indígenas



Apresentar relatórios que identifiquem tais causas e efeitos desses conflitos; mapear documentos

Comparar o desmatamento em território indígena a partir da base de dados oficial



Analisar os principais desafios da comunidade indígena frente às políticas públicas ambientais implementadas.



# Metodologia

**ESTA SEÇÃO INCLUI OS PROCESSOS, METODOLÓGICOS PREVISTOS NA EXECUÇÃO DA PESQUISA**

**A metodologia adotada para a pesquisa consiste em uma abordagem envolvendo várias etapas:**

Primeiramente, uma revisão bibliográfica abrangente, que incluirá a análise crítica da literatura acadêmica relevante e de relatórios governamentais sobre o tema em questão. Essa revisão foi conduzida tanto por meio de recursos online, como bases de dados acadêmicas. Após a revisão bibliográfica a pesquisa partiu para a análise de relatórios, com destaque para o Relatório Luz produzido pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GT Agenda 2030). Os relatórios anuais ajudaram a coletar e analisar documentos dos anos do antigo governo no período de 2019 a 2022, entender e avaliar esse progresso. Esse processo envolveu a extração de dados relevantes sobre o progresso em relação ao objetivo relacionado à “vida terrestre”. Uma análise crítica foi realizada para identificar os desafios na implementação da Agenda 2030 no Brasil. Serviu como uma fonte principal de dados para avaliar o progresso em relação aos ODS, especialmente no que diz respeito aos impactos do agronegócio nas comunidades indígenas e, de que forma o conservadorismo afetou diretamente essa agenda. Os dados obtidos por meio da revisão bibliográfica, levantamento de dados e análise do Relatório Luz foram comparados e avaliados em conjunto. Isso permitiu a identificação de conexões, padrões e lacunas nos dados para entender e analisar medidas de políticas públicas na qual não estão sendo cumpridas estabelecidas pela Constituição de Federal que reconhece os direitos territoriais dos povos indígenas e do Estado brasileiro de demarcar e proteger suas terras.

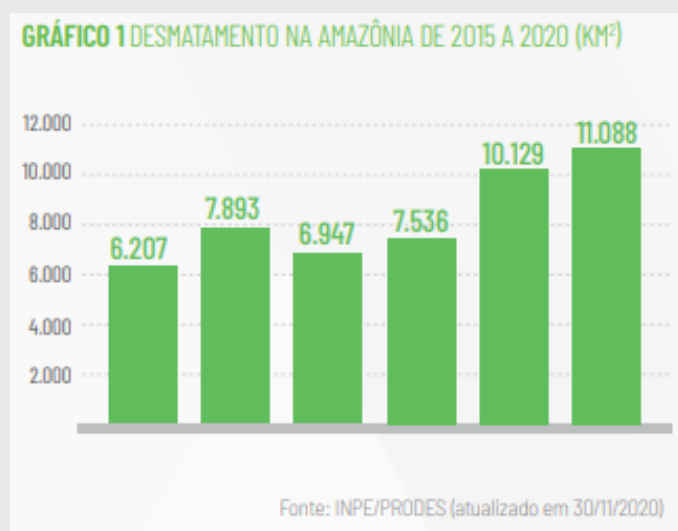


Os resultados mostram que a combinação de uma agenda neoliberal e conservadora intensificou os conflitos fundiários, o desmatamento e as violações de direitos humanos, especialmente contra comunidades indígenas.

Dados do Relatório Luz e do CIMI apontam aumento de 138% no desmatamento em terras indígenas e de 130% em unidades de conservação federais, em relação ao triênio anterior, além de 79% de crescimento no desmatamento em 2021. No mesmo período, foram registrados 407 conflitos por direitos territoriais, 1.133 casos de invasões e danos ao patrimônio indígena e 795 assassinatos de indígenas, evidenciando o desmonte das políticas socioambientais e o enfraquecimento de instituições como IBAMA, ICMBio e FUNAI.

A paralisação das demarcações de terras e a flexibilização de normas ambientais favoreceram a grilagem e a expansão predatória do agronegócio. Essas ações comprometem o cumprimento da Agenda 2030 e do ODS 15, agravando desigualdades históricas e ameaçando a sobrevivência física e cultural dos povos originários. Dados de Terras Indígenas afetadas:

Evidencia-se a dificuldade de conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e a garantia dos direitos das populações afetadas. Dados do Relatório Luz sobre o desmatamento na Amazônia entre o período de 2015 a 2020:



| Tipos de invasão ou dano                                               | TIs afetadas* |
|------------------------------------------------------------------------|---------------|
| Desmatamento                                                           | 74            |
| Extração ilegal de madeira, areia, castanha e outros recursos naturais | 65            |
| Garimpo ou mineração                                                   | 45            |
| Caça e/ou pesca ilegais                                                | 45            |
| Agropecuária (criação de gado, monocultivos, arrendamento de terras)   | 37            |
| Grilagem e/ou loteamento de terras                                     | 32            |
| Danos gerais ao meio ambiente                                          | 31            |
| Retirada, retenção ou poluição de cursos d'água e rios                 | 27            |
| Danos ao patrimônio (destruição de casas, cercas, casas de reza, etc)  | 25            |
| Incêndios ou queimadas                                                 | 25            |
| Danos por uso de agrotóxicos                                           | 23            |
| Invasão possessória de fazendeiros e/ou posseiros                      | 20            |
| Obras e empreendimentos dentro ou com impacto direto na TI             | 16            |
| Abertura de estradas ou ramais ilegais                                 | 11            |
| Diversos                                                               | 11            |
| Invasões com ataques armados e/ou ameaças                              | 10            |
| Tráfico de drogas ou presença de narcotraficantes                      | 8             |
| Turismo ilegal                                                         | 4             |

\*uma mesma TI pode ser afetada por vários tipos de invasão, exploração de recursos naturais ou danos ao patrimônio

# Dados

**Segundo o Relatório Luz de 2019:**

**Desmatamento | 739,68 km<sup>2</sup> desmatados na Amazônia (maio/2019) – maior taxa desde 2016**

**Corte no orçamento | Redução de >R\$ 1,3 milhão no MMA em 5 anos + corte de 20% em 2019**

**Desmonte institucional | SFB e ANA retirados do MMA; demarcação de terras indígenas ameaçada**

**Fundo Amazônia em risco | 103 projetos (R\$ 1,87 bi) podem ser paralisados**

**Restauração insuficiente | Déficit de 21 milhões de hectares de vegetação nativa**

**Multas ambientais fragilizadas | Novo decreto revoga conversão indireta de multas em serviços ambientais**







## Grupo de Pesquisa Geourb

---

O Geourb (Geopolítica e Urbanização Periférica) é um grupo de pesquisa da Universidade de Brasília que estuda as dinâmicas geopolíticas e urbanas do Sul Global. O grupo aborda duas áreas principais: a Geopolítica do Sul Global (GEOSSUL), que analisa as desigualdades criadas pelas políticas do Norte Global, e a Sociedade e Urbanização na América Latina (SOUL), que investiga a segregação urbana e sua relação com a democracia, com foco em temas como direito à cidade, mobilidade e conflitos urbanos.



## FAPDF

---

Esta pesquisa é fruto da Iniciação Científica de Maria Clara da Silva Cavalcante (pesquisadora bolsista) e faz parte do projeto de pesquisa intitulado “Os entraves à implementação da Agenda 2030 no Brasil diante do conservadorismo no governo Bolsonaro (2019-2022)”, financiado pela FAPDF, EDITAL 05/2024 - Demanda Espontânea. Este trabalho foi coordenado pela professora Érika Amusquivar, no Instituto de Ciência Política (IPOL) pela Universidade de Brasília e vincula-se ao grupo de pesquisa GeoUrb.

# Referências

**AGÊNCIA BRASIL Jornal. Bolsonaro diz que não fará demarcação de terras indígenas, 2019. Disponível em:**  
**<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-08/bolsonaro-dizque-nao-fara-demarcacao-de-terras-indigenas>**

**ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. As políticas do Governo Bolsonaro para o campo: a contra-reforma em marcha acelerada. Revista da ANPEGE, v. 16, n. 29, p. 353-392, 2020.**

**ARAÚJO, Daniel Féo Castro de; ARAÚJO, Fernando Luiz. O Avanço do Neoliberalismo e a Reforma Agrária Brasileira. Geopauta, v. 6, p. e10947, 2022.**

**BOITO, Armando. Neofascismo e neoliberalismo no Brasil do Governo Bolsonaro. Observatorio Latinoamericano y Caribeño, v. 4, n. 2, p. 8-30, 2020.**

**BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo. São Paulo: Politeia, 2019.**

**CASTILHO, Daniela Ribeiro; LEMOS, Esther Luíza de Souza. Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 269-279, maio/ago. 2021.**

**CARLOS, Euzeneia; PEREIRA, Matheus Mazzilli; RODRIGUES, Cristiano. Desmonte de políticas públicas no governo Bolsonaro: políticas para mulheres, de igualdade racial e para LGBTQIA+ em perspectiva comparada. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 124, p. e124044ec, 2025.**

**CRUZ, Danilo Uzêda. Políticas sociais e agenda conservadora do Governo Bolsonaro: desdemocratização e degradação política. In: ZIMMERMANN, C. R.; CRUZ, D. U. Políticas sociais no Governo Bolsonaro: entre descasos, retrocessos e desmontes. Salvador: Pinaúna, 2022. p. 53-72.**

**Decreto nº 1775/96. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terrasindigenas/demarcacao-de-terras-indigenas>**

**GALEANO, Eduardo. Las venas abiertas de América Latina. [S.l.]: Siglo XXI, 1971.**

**GT AGENDA 2030. Relatório Luz, 2019. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/>**

**GT AGENDA 2030. Relatório Luz, 2020. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/>**

**GT AGENDA 2030. Relatório Luz, 2021. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/>**

**GT AGENDA 2030. Relatório Luz, 2022. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/>**

**Jornal DW, Desmatamento em áreas protegidas aumentou 79% sob Bolsonaro, 2021. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/desmatamento-em-áreas-protegidas-aumentou-79sob-bolsonaro/a-60231651> Acesso: 20 de abril de 2025.**

**LEFF, Enrique. Agroecologia e saber ambiental. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável, v. 3, n. 1, p. 36-51, 2002.**

**LEI Nº 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L0601-1850.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm)**

**LEI Nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6001.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm)**

**MAUÉS, Antonio. Constituição e desigualdade: direito de propriedade e reforma agrária no Brasil. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 115, p. 191-224, 2022.**

**MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. História das agriculturas no mundo: do Neolítico à crise contemporânea. São Paulo: UNESP, 2010.**

**PORTELA, Roberto Campos; MENEZES, Eumar Evangelista de; SILVA, Sandro Dutra e. Marco temporal: o projeto político do agronegócio ea ameaça aos direitos dos povos indígenas. Serviço Social & Sociedade, v. 147, n. 3, p. e-6628418, 2024.**

**RELATÓRIO VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL 2022.** Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2023/07/relatorio-violencia-povosindigenas-2022-cimi.pdf>

**REPORTAGEM PÚBLICA.** Governo Bolsonaro certificou 239 mil hectares de fazendas dentro de áreas indígenas 2022. Disponível em: <https://apublica.org/2022/07/governobolsonaro-certificou-239-mil-hectares-de-fazendas-dentro-de-areasindigenas/#TerrasInd%C3%ADgenas>

**SIOP, Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento.** Disponível em: <https://www.siop.planejamento.gov.br/modulo/login/index.html#>

**SILVA, Mayra Goulart da; RODRIGUES, Theófilo Codeço Machado.** O populismo de direita no Brasil: neoliberalismo e autoritarismo no governo Bolsonaro. *Mediações*, v. 26, n. 1, p. 86-107, 2021.

**SOLANO, Esther et al. (org.).** O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.